



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 07**

Sessão Ordinária de Fevereiro

1.ª Reunião de 24-02-2010

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, João Carlos Martins Valente, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Antero Marques dos Santos, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Anabela Almeida Saraiva, Ana Maria Pinho de Seixa Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte membro:  
Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Maria da Luz Nolasco Cardoso, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, José da Cruz Costa, João Francisco Carvalho de Sousa e José Manuel Gaspar Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, Raúl Ventura Martins e Paulo Jorge Teixeira de Jesus, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rui Alexandre Guerra Miranda Macedo e Anabela Almeida Saraiva.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa<sup>02</sup>, deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

**Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**

**Ponto 2. – Plano Estratégico do Concelho de Aveiro – Relatório Preliminar;**

**Ponto 3. – Eleição de um Presidente de Junta para integrar o Conselho Municipal de Educação de Aveiro;**

**Ponto 4. – Proposta de Recomendação – Orçamento Participativo.**

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: <sup>03</sup>

Acta n.º 02 – Sessão Ordinária de Dezembro - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 03 – Sessão Ordinária de Dezembro - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 04 – Sessão Ordinária de Dezembro - 3.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 05 – Sessão Ordinária de Dezembro - 4.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 06 – Sessão Ordinária de Dezembro - 5.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor e uma abstenção.

Continuando usou da palavra o Presidente da Mesa:

Presidente da Mesa <sup>04</sup>

*“Voto de Pesar, subscrito pela Mesa da Assembleia Municipal, do seguinte teor:*

**«VOTO DE PESAR:**

*Aveiro perdeu uma figura que ficará para sempre ligada à história do nosso Município.*

*O Engenheiro Alberto Branco Lopes com quem muitos de nós tiveram oportunidade de privar devotou parte significativa da sua vida a Aveiro, servindo com disponibilidade e dedicação cada uma das funções e cargos que desempenhou, dos quais destacamos:*

*- em prol da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aveiro (Bombeiros Velhos), cujo reconhecimento o conduziu às mais elevadas responsabilidades a nível distrital e nacional.*

*- como Vereador desta Câmara Municipal nos anos 1960-1963 (sob a presidência do Dr. Alberto Souto) 1968/1973 (sob a presidência do Dr. Artur Alves Moreira) e 1973/1974 (sob a presidência do Dr. Mário Gaioso Henriques).*

*- Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro eleito pelos aveirenses, cargo que desempenhou no triénio 1980-1982.*

*É, pois, com este sentimento de perda que se propõe um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Engenheiro Alberto Branco Lopes, apresentando as suas mais sentidas condolências a familiares e amigos.*

*A Assembleia Municipal de Aveiro, na sua reunião de 24 de Fevereiro de 2010, presta sentida homenagem ao Engenheiro Alberto Branco Lopes, manifesta à sua família o seu profundo pesar pela perda sofrida, guardando um minuto de silêncio em sua memória e decide apoiar as recomendações da Câmara Municipal de Aveiro no sentido de se homenagear condignamente a sua memória».*

**Colocado à discussão não se verificaram intervenções. Submetido à votação foi o mesmo aprovado por maioria.**

(Entrou na sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins)

Presidente da Mesa <sup>05</sup>

*“Deu entrada na Mesa outro Voto de Pesar, subscrito pela bancada do Partido Social-Democrata, do seguinte teor:*

**«VOTO DE PESAR E SOLIDARIEDADE PARA COM O POVO MADEIRENSE:**

*- Foi com grande consternação e com profundo sentimento de pesar que acompanhámos a catástrofe que se abateu sobre a ilha da Madeira e as suas trágicas consequências, causando a irreparável e dolorosa perda de vidas e a destruição de bens e imóveis.*

*A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em 24 de Fevereiro de 2010, aprovou um voto de pesar e de solidariedade, para com os familiares dos falecidos, o povo Madeirense e para com os seus representantes.*

*Assembleia Municipal de Aveiro decidiu ainda que deste Voto de Pesar e de Solidariedade seja dado conhecimento ao Governo Regional da Madeira e Assembleia Regional da Madeira».*

**Colocado à discussão não se verificaram intervenções. Submetido à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

Presidente da Mesa <sup>06</sup>

*“Deu entrada na Mesa um Voto de Pesar, subscrito pela bancada do CDS/PP, e é do seguinte teor:*

**«VOTO DE PESAR:**

*- Cumpre-nos expressar o sentimento de luto sentido e justificado pela ausência do Ex.mo Senhor Dr. Mário Gaioso, nobre fundador do “C.D.S. — Centro Democrático Social” de Aveiro e um Homem de excepcional rectidão moral.*

*Na nossa Vida há nomes que não se esquecem e outros que até nos deixam eterna saudade.*

*Recordamos, por isso, a militância cívica de inestimável valor para Aveiro e Portugal através da defesa das causas que convictamente foram perfilhadas pelo saudoso Dr. Mário Gaioso, dentro dos elevados atributos pessoais que lhe são assinalados e, acima de tudo, pelo facto notável de nunca ter deixado de pôr a sua alta dedicação e esforço na prossecução do alto desígnio da elevação dos nobres valores da Democracia.*

*O Dr. Mário Gaioso constitui para nós um exemplo digno e excepcional de militância cívica, activa e abnegada, por ter pautado a sua conduta política pela linha da eficácia, da honra e dignidade.*

*Trata-se, pois, de uma grande figura moral, porque soube personificar os predicados que formam e definem o tipo acabado do verdadeiro servidor da causa pública e associativa.*

*Logo no início da sua carreira se destacou com relevância no associativismo, tendo sido por diversos mandatos dirigente do Clube dos Galitos, não só no desempenho da criação de diversas secções, onde notabilizou internacionalmente o remo dos Galitos, sendo agraciado por tal, com a Medalha de Ouro da Federação Portuguesa de Remo, mas também no arranque e construção da sua actual sede, terminando o seu papel associativista como Presidente da Fundação António Pascoal.*

*Na advocacia sempre foi considerado como um dos melhores advogados da nossa praça, passando pelo seu escritório assuntos bastante complicados e complexos, que sempre soube solucionar com coerência, honestidade e organização.*

*O Dr. Mário Gaioso constituirá, para sempre, um testemunho único da actuação convicta e firme, bem como da tenacidade e sentido de missão que devem imperar em qualquer defensor dos valores da Democracia.*

*Ao ter decretado três dias de luto, o Município de Aveiro cumpriu um dever de ordem moral e rendeu homenagem à sua memória.*

*Assim, vem o Grupo Parlamentar do CDS/PP prestar o preito muito sincero da sua profunda saudade, expressando o mais sentido pesar,*

*Propondo que a Assembleia Municipal de Aveiro delibere um Voto de Pesar a endereçar à Ex.ma Família enlutada».*

**Colocado à discussão não se verificaram intervenções. Submetido à votação foi o mesmo aprovado por maioria.**

**Continuando, o Presidente da Mesa propôs um minuto de silêncio alargado aos três Votos de Pesar apresentados.**

De seguida, o Presidente da Mesa<sup>07</sup> nos termos regimentais deu início ao Período de Intervenção do Público.

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Usou da palavra o munícipe *Óscar Narciso Mortágua Pereira*<sup>08</sup>, residente na freguesia da Vera Cruz, veio expor um assunto relacionado com a entrada em vigor das portagens nas Scut's.

Usou da palavra o munícipe *Gil Moreira*<sup>09</sup>, residente na freguesia da Vera-Cruz, veio expor um assunto relacionado com o projecto para o Rossio e Praça Melo Freitas.

Usou da palavra o munícipe *Manuel Rodrigues Neves*<sup>10</sup>, residente na freguesia de Eixo, veio expor assunto relacionado com a Comissão de Acompanhamento Local da UTMB de Eirol.

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

### **Membros da Assembleia**

Presidente da Mesa<sup>11</sup>

Vogal António Salavessa (PCP)<sup>12</sup>

Vogal Ivar Corceiro (BE)<sup>13</sup>

(Entrou na sala o Vogal Olinto Henrique da Cruz Ravara)

Vogal João Pedro Dias (BE)<sup>14</sup>

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>15</sup>

*“Em primeiro lugar agrada-me a posição do Bloco de Esquerda. Diz que realmente se está a cumprir a democracia. Pois é verdade. Nós nunca fomos fora disso e a Câmara de Aveiro e a Assembleia Municipal de Aveiro sempre cumpriu democracia e sempre deixou que se falasse nesta casa — que é nossa e que é de todos, que é do município de Aveiro.*

*Depois deste pequeno intróito, eu queria dizer que é curioso isto realmente deve haver uma transmissão de pensamentos. Porque eu tinha um artigo preparado precisamente sobre a A29, a A25 e a A17, que vai precisamente de encontro ao que foi aqui falado pelo Sr. Óscar Pereira e que realmente penso que apontou aí situações e questões bastantes interessantes.*

*Eu gostaria de passar à leitura desse pequeno artigo e depois entregá-lo à Mesa para ficar registado em acta — se a Mesa assim mo permitir:*

*«Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, ilustres vereadores, caros colegas deputados.*

*Neste período de Antes da Ordem do Dia, querendo aproveitar a oportunidade e o modo próprio para tratar de uma temática actual de especial interesse para o nosso concelho. Falo da malfadada implementação de portagens na A29, A25 e A17.*

*Sendo este um assunto geral e de extrema importância, não só para os aveirenses, como também para todas as famílias, trabalhadores, e empresas vizinhas da região de Aveiro; e atendendo ao facto de as actuais redes viárias não serem hoje uma alternativa normal e adequada, àquelas duas redes viárias, para a satisfação das necessidades económico ou sociais da região de Aveiro, mas sem nunca perder de vista o paradigma do utilizador/pagador, o qual aceitamos, mas unicamente nas condições se existirem soluções viárias realistas e justas para a nossa região.*

*Vimos nesta sessão apelar ao executivo camarário, na pessoa do Senhor Presidente, que envide os seus bons ofícios para que junto do Governo Central, da Assembleia da República, e mesmo do Presidente da República, promova a defesa dos interesses de Aveiro. E promova a sensibilização daquelas autoridades, impedindo o não agravamento da situação económico ou financeira das nossas gentes, bem como do próprio tecido empresarial aveirense, com a imposição das famigeradas portagens.*

*As quais mais não são afinal de contas, do que meras taxas disfarçadas de impostos que só irão agravar o poder de compra das famílias e das empresas na região de Aveiro.*

*Somos sim a favor do princípio de utilizador/pagador, mas estamos completamente contra este modelo socialista, ser obrigado a pagar e a utilizar.»”*

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) <sup>016</sup>

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) <sup>017</sup>

Presidente da Mesa <sup>018</sup>

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) <sup>019</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>020</sup>

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) <sup>021</sup>

Vogal Vitor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>022</sup>

*“Boa noite. Queria tecer aqui algumas considerações levantadas aqui pelo Senhor Óscar Pereira, quanto à previsão de portajar os acessos à cidade. Toda a gente sabe que há freguesias envolventes à nossa cidade, como Fátima, Oliveirinha, São Jacinto e Santa Joana, onde há muita gente que utiliza a A25, e também a A29, como acesso à cidade.*

*Por isso, em todas as cidades onde vias deste género passam na sua envolvência deviam não ser portajadas. E nesse sentido, acho que se houver alguma coisa da nossa parte que se possa fazer a nível da Assembleia, em lutar para que na envolvência à cidade não sejam colocadas portagens eu acho bem. Estou mesmo a lembrar-me de quem vem para trabalhar de São Jacinto como deve fazer. Vem de ferry até ao Forte da Barra e depois para Aveiro, se todos os dias tiver que fazer duas ou quatro viagens, chega ao final do mês não ganha paras as portagens. Obrigado.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>023</sup>

*“Vou falar sobre a Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico, mas antes queria enaltecer o Grupo dos Amigos da Avenida, como Associação Cívica, que quer discutir Aveiro na óptica do*

como e porquê. Na sua última tertúlia não pude estar presente com muita pena minha, mas estava a trabalhar em Lisboa e só consegui terminar o serviço às 19 horas, o que tornou impossível a minha presença.

Sobre a Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico, penso que é uma mais-valia para Aveiro. O PSD apoiou e apoia a Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico a construir na zona de Oliveirinha. Permite o fim do aterro de Cacia, o que já é uma mais-valia muito grande. Permite um novo tratamento; um tratamento mais adequado, mais capaz e tecnologicamente mais avançado.

Tem o aval e o apoio da Quercus, enquanto tratamento de lixo que permite ou permitirá, não a deposição do lixo em aterro, mas sim o seu tratamento e o seu aproveitamento, enquanto valor reciclável e reutilizável. Sendo que o PSD entendeu e entende, esta Unidade como uma mais-valia económica e ambiental.

Queremos crer também que esta Unidade irá reutilizar, reciclar e reaproveitar a quantidade de lixo a que se propõem. E se o fizerem, Aveiro sairá a ganhar com esta infra-estrutura.

No entanto, também somos da opinião, como já na altura o manifestámos, deve ser criada uma Comissão de Acompanhamento, que deveria estar já formada e a acompanhar a obra desde o seu início e da qual devem fazer parte elementos ou representantes desta Assembleia e representantes das Juntas de Freguesia da envolvente, da infra-estrutura.

Também tenho algumas dúvidas como as populações, como está a avançar esta obra. A obra da Unidade, a infra-estrutura em si, avança rapidamente como podemos constatar no terreno.

Por outro lado existem algumas obras de áreas nomeadamente o eixo Aveiro/Águeda, ligação tida num estudo de impacto com imprescindível, para o bom funcionamento da Unidade e para esta não colocar em causa a qualidade de vida das pessoas das Freguesias de Eirol, Requeixo, Oliveirinha e Nossa Senhora de Fátima, esta obra viária no estudo era tido como imprescindível, chamada por uns como investimento complementar da própria unidade, ainda não avançou e está atrasada em relação à infra-estrutura de tratamentos de lixos. Penso e gostaria de saber, se o Senhor Presidente nos puder informar, sobre o que sabe a Câmara sobre o andar lento do eixo Aveiro/Águeda, que irá servir esta infra-estrutura?”

Vogal João Barbosa (PS) <sup>024</sup>

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>025</sup>

“Uma vez mais fica aqui provado que o exercício da cidadania nesta casa é relevante e é produtivo.

A intervenção do meu caro colega Gil, que tive oportunidade de ouvir aqui e de ouvir também no debate que promoveram na semana passada, ele traz-nos uma série de preocupações que eu tenho e qualquer cidadão tem e que esta Câmara julgo que também teve.

Isto porque o exercício de desenhar a cidade e planear a cidade, o território, não é um exercício meramente matemático.

Portanto, há várias opiniões, há várias formas de executar, há várias formas de formalizar digamos, uma matéria que é uma matéria de polivalência técnica.

Por isso, acho importante, que de facto estes movimentos de cidadania, de opinião, se manifestem e que a Câmara em devido tempo tem legitimidade para isso, decida e pondere digamos todos os constrangimentos e todas as problemáticas que estão inerentes digamos à questão da gestão do território.

Particularizando, relativamente à questão da ponte pedonal. Tem vindo a ser veiculada na comunicação social e muito concretamente através dos Amigos da Avenida — eu tive o cuidado de por um lado ouvir os Amigos da Avenida e já manifestei digamos também a minha opinião relativamente a essa matéria; tive o cuidado também de ouvir da parte da Câmara digamos quais foram os motivos e qual foi digamos os constrangimentos que tiveram para



*proporem um atravessamento pedonal sobre o Canal Central e verifico o seguinte: às tantas estamos todos a ter razão e estamos a tentar discutir uma coisa que não faz grande sentido, isto porquê?*

*Eu inicialmente também tinha uma série de dúvidas relativamente ao atravessamento do Canal Central. Quando me inteirei da posição da Câmara (que vem na lógica digamos do plano que está previsto do Parque da Sustentabilidade), verifico que há uma intenção clara de um percurso e de dar continuidade a um percurso, que vem desde o canal da Baixa de Santo António e depois do cais Santos Mártires, precisamente.*

*Há uma intenção clara de fazer digamos todo esse percurso em continuidade, atravessando para o Rossio. Agora colocam-se é questões de ordem formal. Do objecto que se pretende colocar naquele sítio.*

*Também tenho muitas dúvidas e sérias dúvidas, relativamente ao objecto que se pretende colocar. Até porque eu tive o cuidado de fazer um ligeiro estudo (hoje à tarde) sobre aquilo e verifiquei que na maior parte dos percursos, estando na paragem do autocarro, atravessando para o Rossio, há duas ou três situações em que é preferível por exemplo uma pessoa com mobilidade condicionada, ganhar tempo, relativamente à possibilidade de ir às pontes e fazer esse atravessamento. E por isso ponho muitas questões relativamente à questão das rampas.*

*Para além de ter um impacto volumétrico significativo, ponho em questão relativamente se essa acessibilidade é assim tão franca e tão favorável quanto possa parecer.*

*Conhecendo a legislação das acessibilidades, também não há nada que nos obrigue a fazer isso. Por isso a minha opinião seria de que a Câmara eventualmente podia ponderar o atravessamento, mas minimizando o quanto possível digamos esse impacto volumétrico da ponte — mas isso digamos é uma opinião pessoal.*

*Gostaria também de dizer que as várias questões, nomeadamente o impacto visual, o local de atravessamento, etc. ele foi devidamente ponderado, porque a Câmara também tem técnicos e todos nós lhe reconhecemos digamos o seu valor. E por aquilo que eu verifiquei recentemente no plano que estão a elaborar do Parque da Sustentabilidade, digamos é um plano com bastante substância e que vai enriquecer bastante a cidade — é nessa lógica vejo a lógica do atravessamento.*

*Só uma outra questão que gostaria de deixar aqui bem frisada. Colocou-se aqui a questão de eventualmente se estar a ferir o Plano de Urbanização Polis. O Plano de Urbanização Polis prevê de facto um outro atravessamento mais a poente. Mas esta intervenção não belisca em nada digamos o Plano Polis. Até porque eu tive o cuidado de ver o que diz o artigo 7.º relativamente à questão da estrutura do espaço público e diz o seguinte (isto o regulamento do Plano de Urbanização Polis): “os elementos de estruturação do espaço público, arruamentos, praças, jardins, constantes na planta de zonamento, só poderão ser pontualmente ajustados, mediante justificação técnica conclusiva, desde que o princípio geral definido no plano não esteja posto em causa” - e depois dá uma série de, acrescenta mais alguma coisa, que para o caso não é relevante.*

*O que quer isto dizer? Não está posto em causa digamos a formalização do Polis. Muito menos sendo ele violado porque há digamos esta salvaguarda. Até porque nós sabemos, os planos com eficácia, que é o caso dos planos de urbanização, vinculam muito e não permitem grande maleabilidade em algumas intervenções. Mas esta intervenção penso que se integra precisamente no espírito daqui deste artigo.*

*Relativamente à Praça Melo Freitas, eu penso que estamos todos uma vez mais a falar a mesma coisa, porque a Câmara (segundo ouvi) não tem intenção de fazer outra coisa que não seja a colmatação digamos daquele quarteirão. E digamos que uma intervenção naquele espaço, que é relevante para a cidade, é digamos um espaço nevrálgico, é eventualmente uma das únicas praças que Aveiro tem, embora de escala pequenina. Eu penso que é fundamental preservá-lo.*

*Ouvi em tempo vozes que falavam na possibilidade de abrir digamos aquele quarteirão! Na minha perspectiva seria um erro clamoroso, porque deixávamos de ter uma praça, passaríamos a ter digamos um túnel de vento e digamos a contenção daquele espaço desaparecia (também não deixa de ser uma opinião pessoal).*

*Relativamente à questão da publicidade e o que a Câmara me quer parecer (não ouvi a opinião da Câmara sobre esta matéria) é que quando criou o programa, um concurso de ideias, penso que é para uma intervenção provisória de curto prazo, e é uma forma digamos de se auto-financiar digamos a cosmética daquele espaço durante um período de curto tempo. Mas também não podia deixar de dizer, que de facto na minha perspectiva, a publicidade funciona sempre no sentido inverso naquilo que se pretende requalificar. Na publicidade o que se pretende é chamar a atenção, quanto mais exuberante, mais apelativo melhor.*

*Nas questões de preservação, nomeadamente do património, funciona precisamente o inverso, é quanto mais simples, quanto mais elementar melhor.*

*Terminando, eu fico um pouco intrigado com a postura de um responsável pela Câmara Municipal de Aveiro, o anterior Presidente de Câmara, quando hoje na sua postura quase de professor, dá-nos ensinamentos relativamente à questão de intervenção na cidade e estava indignado por não se ouvir as pessoas! Eu gostaria de lembrar o que se passou, nomeadamente quando foi a abertura do túnel e quando se fez a intervenção na Praça Marquês Pombal. Tanta gente se manifestou contra essas intervenções! Eu pergunto se foram levadas a efeito ou se foram atendidas as preocupações de muitos técnicos que se manifestaram na altura?”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>026</sup>

Presidente da Mesa <sup>027</sup>

*“Senhores deputados, o esclarecimento é que a Mesa está aberta (e se for o entendimento dos senhores deputados) no início da próxima reunião desta Sessão Plenária apresentarmos então para discussão e votação de uma Moção referente às Scut’s.*

*Então apenas faríamos um apelo designadamente em sede de Comissão Permanente, que se estabelecesse um documento que pudesse obter a unanimidade dos grupos parlamentares.*

*Provavelmente algum dos senhores líderes de bancada assumiria a elaboração de um documento inicial que fizesse circular pelos diferentes grupos parlamentares.*

*Eu até sugeriria por exemplo, o líder parlamentar do Partido Socialista que fizesse enfim a primeira versão do documento e que fizesse circular entre nós, se assim for entendido.*

*Isto apenas para darmos um passo. Mas nós discutiremos isso fora deste contexto do plenário.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>028</sup>

Presidente da Mesa <sup>029</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>030</sup>

*“Primeiro relevar a forma séria e empenhada, interessada e elevada, como este momento de exercício de democracia está a decorrer.*

*Em relação ao Prof. Óscar Pereira e às Scut’s. Quando há dois ou três anos o Senhor Ministro claramente veio a público dizer: “vamos avançar com as portagens nas Scut’s”, tomámos nessa altura a posição que penso que é conhecida em termos públicos. Neste momento debatemo-nos com alguma falha na informação.*

*Temos insistido com o Ministério para que nos preste informação sobre a intenção que tem ou não de avançar com as portagens nas vias aqui referidas. Não tivemos resposta até este momento. Então eu aproveitava para pedir ao Dr. Gonçalo da Fonseca, que há pouco aqui disse, que se fosse necessário abrir portas e janelas, pode ficar aqui a ideia que é uma questão*



*de amizade e de política mas não é. Claro que não! Mas fica essa ideia de poder insistir com o Senhor Ministro, para nos responder. Porque naturalmente o município tem algumas responsabilidades nas posições que toma e precisamos de saber se a intenção é mesmo de avançar ou de não avançar.*

*Porque podemos cair no ridículo de estarmos contra uma coisa e oito dias depois vir alguém dizer; não era para avançar, portanto somos contra uma coisa que é desnecessária.*

*Mas a posição está tomada já, em devido tempo e naturalmente que irá manter-se essa posição do executivo em relação à introdução de portagens nas Scut's.*

*Quanto ao processo da Unidade de Tratamento. Também nós nos comprometemos aqui: a Comissão já foi constituída, já foi proposta em reunião de Câmara e foi aprovada, mas comprometemo-nos a reavaliar a constituição da Comissão de Acompanhamento e a alargar o número dos seus elementos de modo a que seja mais abrangente e possa representar um leque maior das diferentes comunidades envolvidas.*

*Quanto à outra questão, a Praça Melo Freitas e ao Parque da Sustentabilidade. Parece-me ou é uma impressão minha que a questão da Praça Melo Freitas já ficou mais ou menos esclarecida. Portanto houve um concurso que a Câmara avançou, apenas e só pretende resolver, retirar aquela má imagem urbana que ali está na Praça. Pretende encontrar uma solução para tapar aquele espaço que penso que todos reconhecemos que tem que ser tapado e depois há uma deliberação também já tomada pelo executivo para avançar para um concurso de ideias.*

*Estamos a falar de uma zona nuclear de uma zona essencial em Aveiro, de um espaço compreendido entre a Capitania, a Igreja da Vera Cruz, o Mercado do Peixe, o José Estêvão, o Zé Rabumba, os Paços do Concelho — todo este espaço aqui assim vai ser objecto de um concurso de ideias. O que é um concurso de ideias? É exactamente o espaço e o momento para que todos possam participar e dar ideias em relação àquela que deve ser a intervenção futura nesse espaço.*

*Quanto à outra questão, o Parque da Sustentabilidade. Aí parece-nos que como o processo está já mais adiantado. Parece-nos que há aqui naturalmente, há aqui receios legítimos, receios, legítimas dúvidas, hesitações, ruídos, enfim há aqui esse conjunto de factores que se compreendem perfeitamente.*

*Mas há uma coisa que quero deixar aqui muito bem clara que é esta: este processo não foi conduzido de forma sigilosa por nenhum especialista ou sábio na matéria. Não foi conduzido por alguém que estudou, estudou, estudou e depois optou. Foi um processo muito mais rico do que este. E começa por ser rico na sua génese. Ou antes primeiro dizer-vos, o que é que é o Parque da Sustentabilidade. Se calhar é importante percebermos o que é que está em causa neste Parque. Está em causa uma intervenção (e às vezes os números ajudam), de catorze milhões de euros; e visa no essencial requalificar profundamente o Largo do Alboi.*

*Vai requalificar profundamente toda a Baixa de Santo António. Vai requalificar (e é uma urgência) de forma profunda todo o Parque Infante Dom Pedro. Vai requalificar o Parque dos Amores, vai requalificar a Rua das Pombas. Vai reabilitar o edifício da antiga Fábrica das Moagens, onde está agora a fábrica da Ciência Viva. Vai criar um edifício e equipamento de animação e formação artística ou científica, na baixa de Santo António. Vai criar instalações desportivas para o Clube de Ténis de Aveiro. Vai reabilitar o edifício do Conservatório de Música. Vai criar um centro, um novo Centro de Educação Ambiental no horto. Vai reabilitar a Casa do Chá. Vai restaurar as igrejas de Santo António e a Capela de São Francisco. Vai construir a casa da Comunidade Sustentável, que é a nova sede da Junta de Freguesia da Glória (com salas de apoio social, cultural etc.) Vai criar e vai construir uma nova Unidade de Imagiologia - um projecto da Universidade de Aveiro.*

*Esta é a intervenção que vai decorrer no âmbito do Parque da Sustentabilidade naquela zona da cidade de Aveiro.*

*E naturalmente aqui começa-se a perceber porque é que no âmbito deste projecto, que sai ali perto da zona do outro lado do Rossio, percebe-se porque é que ao conceber toda esta intervenção, ao requalificar e ao valorizar desta forma todo aquele espaço, certamente começa-se a perceber que na análise feita constata-se a necessidade de criar mais proximidade entre todo este novo espaço que vai surgir e aquela que é a Freguesia mais antiga do nosso concelho, que é a Freguesia da Vera Cruz.*

*Mas há uma coisa que quero deixar aqui bem clara, porque é sempre algo que suscita que é, este projecto é um processo construído por todos e tem uma riqueza (e eu disse-o aqui diversas vezes) enorme. É que este não é um projecto como foi sempre habitual na Câmara feito pela Câmara. Não. Este foi um projecto que quando foi publicado o regulamento do Mais-Centro e quando vimos que havia hipótese de enquadrar uma acção deste tipo no âmbito da candidatura, a primeira coisa que fizemos foi envolver instituições oficiais e legalizadas do nosso concelho neste projecto.*

*E dizer-vos que neste Parque da Sustentabilidade estão como parceiros, que assinaram os protocolos, portanto não é um projecto só da Câmara, é um projecto da Câmara, da Junta da Freguesia da Glória, da Universidade de Aveiro, da Inovaria, da Quercus, da Aderave, da Orquestra Filarmónia das Beiras, do Clube de Ténis de Aveiro, da Associação Comercial de Aveiro, da Ordem Religiosa da Terceira, da Banda Amizade, da Água Triangular, da Direcção Regional de Cultura do Centro, do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, do Hospital Infante Dom Pedro, da Inovadomus e do Centro Habitat.*

*Portanto este projecto por muito que nos possa custar naturalmente, é um projecto que engloba este conjunto de entidades, de instituições do nosso concelho.*

*E disse-o aqui muitas vezes o seguinte: este projecto pode ser importante por aquilo que vá construir, pelas pedras mortas que iremos ter daqui a dois ou três anos construídas lá. Mas há uma riqueza muito maior que este projecto tem, é que ele é construído pela comunidade aveirense e não apenas e só por uma única entidade.*

*Dizer-vos também sobre a participação, o seguinte: em Outubro de 2008, aberto que foi o programa do Mais-Centro e essa possibilidade de candidatura, graças a um trabalho notável, de uma equipa excelente e jovem que temos no município, que trabalhou afincadamente, de forma a que em Outubro de 2008 tivéssemos apresentado uma candidatura a este programa.*

*Em Janeiro de 2009, fomos informados da aprovação do programa. Facto do qual demos a devida nota pública na altura, tendo saído em jornais locais, nacionais e em revistas da especialidade.*

*No dia 27 de Fevereiro de 2009 (e estou a falar do secretismo com que nós tratámos este processo para ninguém saber), o assunto foi capa no nosso boletim municipal na página 5 (estou a falar de 27 de Fevereiro de 2009, há um ano), se lá forem está lá uma fotografia do espaço da zona de intervenção e está lá já uma ponte marcada ali naquela zona.*

*No dia 2 de Junho de 2009, foi assinado o protocolo de parceria, em cerimónia pública, com a presença do Secretário de Estado Prof. João Ferrão, do Presidente da CCDRC Prof. Alfredo Marques e do gestor do Mais-Centro Dr. João Vasco Ribeiro, precedido (essa apresentação pública), uma vez mais da apresentação de todo o projecto do Parque da Sustentabilidade.*

*No dia 5 de Junho de 2009, neste espaço aqui, promovemos um Seminário onde uma vez mais foi apresentado todo o projecto para ser do conhecimento de todos os cidadãos. Foi analisado, foi discutido por pessoas daqui, por entidades e por pessoas de fora, tivemos cá representantes da Quercus, da Universidade do Porto, etc. que vieram aqui participar nesse momento.*

*Em Junho foi lançado o concurso para a ponte pedonal. E no dia 31 de Julho o Boletim Municipal publica um artigo só sobre a questão da ponte, quando faz a análise da ponte e as motivações que levaram para isso.*

*Entretanto decorreram mais reuniões. Recordo uma na sede da Junta de Freguesia da Glória em que foi apresentado aos autarcas todos da Glória o Parque da Sustentabilidade. Recordo-*

*me de pelo menos mais três que decorreram na Associação Comercial de Aveiro, todas elas para apresentação do projecto do Parque da Sustentabilidade.*

*Portanto fica penso muito claro, que nós em nenhum momento escondemos rigorosamente nada em relação a este processo.*

*E outra nota ainda, é que este projecto, no âmbito dele, promovemos um concurso de ideias. E o que é um concurso de ideias? É exactamente a vivência máxima do que deve ser um regime democrático. Nós entendíamos que ficava lá bem uma ponte! Poderíamos ter escolhido o nosso arquitecto ou podíamos ter escolhido a cor para a ponte; ou podíamos ter encomendado alguém que fosse amigo. Isso não. Nós fizemos um concurso de ideias.*

*Pedimos não só aos aveirenses, pedimos aos portugueses. Pedimos aos europeus ou melhor pedimos aos cidadãos de todo o mundo, porque o concurso foi internacional, para nos darem ideias para nos darem propostas para aquela ponte — e foi anónimo. Isto é, ninguém dos dezassete ou dezoito concorrentes que apresentaram nunca nenhum de nós soube quem era o concorrente daquele projecto que lá estava. Nunca. Só depois de tudo ordenado.*

*E ainda com outro aspecto. Teve um júri formado por técnicos. E depois também há aqui estes constrangimentos legais interessantes para quem não sabe, é que por exemplo a decisão do Júri é tomada, que foi apresentada depois à reunião de Câmara, nós executivo, os eleitos, se lhe quisermos introduzir uma vírgula só há uma solução, é anular o concurso público e voltar a fazer novo concurso público. Porque a Lei não nos dá espaço a nós, políticos eleitos, para poder ter interferências naquela que é a decisão que o júri tomou. Portanto foi um processo com toda a lisura.*

*Só para vos dizer que das dezoito propostas que recebemos, sete eram do Porto, duas de Lisboa, uma de Coimbra, uma de Almada, uma de Évora, uma de Lousada, uma de Torres Vedras, uma de Inglaterra, uma da Gafanha da Nazaré e uma de Aveiro. Estas foram as propostas que nós recebemos.*

*Mais uma nota que me parece importante; todos nós nos lastimamos diariamente pelo facto dos nossos políticos prometerem uma coisa e fazerem outra! É recorrente este tipo de discurso que ouvimos e todos os dias, em todos os lados. Eles prometem, mas depois chegam lá fazem o contrário.*

*É para nos lembrar que, na página 36, na linha 16 dos nossos compromissos que assumimos com os aveirenses, está lá escrito, o primeiro compromisso que lá está escrito é construir o parque da sustentabilidade.*

*Como é evidente tem que ser construído de acordo com o projecto que foi apresentado, que foi divulgado em toda a comunicação social. E não deixa de ser curioso (é uma nota), numa altura em que atacamos tanto os políticos que não cumprem o que prometem, agora estamos a ser atacados porque estamos a cumprir aquilo que foi prometido por nós junto dos aveirenses.*

*Por último dizer-vos que este não é (e já aqui foi dito e muito bem) um processo fácil. Não é um processo, em que é impossível naturalmente um processo destes ter consenso. É perfeitamente legítimo. Mais do que legítimo, é desejável e é saudável que cada um de nós tenha a sua perspectiva sobre a solução que deve ser encontrada para aquele assunto. Como compreendem isto é legítimo, mas não podemos é andar uma vida inteira à procura de algo que é impossível conseguir. Mas valorizamos e procurámos e penso que o relato feito, a resenha factual feita demonstra isso, nós procurámos sempre, sempre, criar espaço para que as pessoas participassem.*

*Agora a participação dos cidadãos, a participação mesmo institucional, tem que ser concreta! Tem que ser objectiva. Há pouco foi também aqui referida essa nota.*

*Reparem este processo anda há um ano, há um ano que é público. Um ano depois quem reflectiu sobre isto e quem levantou questões e bem sobre o assunto, um ano depois vem aqui apenas levantar dúvidas. Colocar dúvidas!? Nós só podemos em relação a algo, a uma proposta que nos chegue, só podemos dar uma opinião se ela nos chegar concreta. Neste*

*momento em relação ao que nos chegou não podemos concordar nem discordar, não há nada de concreto que mereça a nossa apreciação.*

*E pedimos a todos, é exactamente isso, apresentem-nos uma proposta concreta! Concreta. Não é enfim, tem que ser concreta. Eu sei que é difícil. Porque fácil é, eu posso ser a favor e contra e estar de acordo com toda a gente. O problema é que há um momento em que eu tenho que decidir para um lado ou para o outro e os Amigos precisam de fazer isso. Precisam também de se sentar e chamar mais pessoas e dizer – “o que é que vamos propor?” Vamos propor que a ponte fique com 5 metros de altura! Que ela seja amarela! Que não haja ponte! Que suprima o acesso de deficientes! Que se construa outro acesso! Mas tem que haver qualquer coisa de concreto e de palpável à frente para nós podermos avaliar essa situação.*

*Apenas com o reparo, porque já notaram, estão em causa aqui catorze milhões de euros neste projecto todo. Está em causa para a obra, para a ponte, que rondará os seiscentos mil euros. Está em causa uma comparticipação do Estado de 70% para esta obra. Mas para que isso aconteça até 31 de Maio, nesse dia tem que entrar no PO-Centro, todos os projectos de arquitectura, de especialidade, tudo. Porque se não entrar no dia 31 de Maio, por muito excepcional que seja aquilo que nós possamos levar no dia 1 ou 2 de Junho os 70% vão ao ar. E naturalmente que sem 70%, por muito que a gente goste da solução, ela não será para concretizar.*

*Por último, é só reforçar um apelo já aqui feito há pouco. Nós temos em fase final de elaboração um documento estruturante e decisivo para o futuro de Aveiro que é o Plano Estratégico. Onde este Parque é um pequeno pormenor no meio de todos, do Plano Estratégico do concelho de Aveiro.*

*No dia 2 de Março penso que é 2 de Março, haverá aqui mais uma apresentação pública do PECA (Plano Estratégico) às 18:30, portanto fora da hora de trabalho, de modo a que as pessoas possam participar nessa discussão. E vamos ter também no âmbito desta Assembleia mais uma apresentação do PECA aos senhores deputados.*

*Não percebi a questão há pouco de só vem à Assembleia para apresentação. É evidente. Por respeito à Assembleia nós ao trazer um assunto à Assembleia temos que trazer um documento. A gente não pode chegar à Assembleia e dizer – “trazemos aqui o PECA.” Então e o que é que vocês têm? Nada!*

*É evidente que por respeito à Assembleia tem que haver um documento que vai ser apresentado (que é o que vai acontecer). Se a Assembleia concorda ou se a Assembleia discorda, ou se quer opinar muito ou se quer opinar pouco, naturalmente será uma questão que a Assembleia irá avaliar e não nós.*

*É importante, é decisivo, é importante que a participação aconteça nos momentos próprios. Nós não podemos deixar que as coisas decorram, que nos alheemos delas, como há pouco foi dito e depois delas consumadas virmos levantar questões.*

*Há momentos, e era importante que no dia 2 de Março e antes, sempre que possível e estamos naturalmente abertos e disponíveis para prestar as informações, que essa participação possa decorrer.*

*Por último, dizer-vos que eu acredito que daqui a quatro ou cinco anos, se tudo correr em condições normais, acredito que vai ser, terei muito gosto em estando no Rossio poder passar uma ponte, poder chegar ali ao Alboi sem cruzar com nenhum carro, visitar a Baixa de Santo António, visitar ali a Fábrica de Ciência que está ao lado, visitar todos os equipamentos que vão surgir por ali naquele espaço, ir ao Parque Infante Dom Pedro, ir à Unidade de Imagiologia que vai ser construída e poder regressar outra vez novamente a pé, então para a mais antiga freguesia do nosso concelho que é a Vera-Cruz — e termino desta forma.”*

Presidente da Mesa <sup>031</sup>

## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) <sup>032</sup>

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>033</sup>

*“Ora bem começava precisamente por falar sobre um tema de âmbito nacional, mas que terá repercussões a nível local.*

*Como é sabido existe uma iniciativa de âmbito nacional para requalificação do parque escolar; às autarquias compete a elaboração da carta educativa, mas não é exactamente sobre a carta educativa que eu quero falar. Quero falar sobre a empresa criada no âmbito desta iniciativa, que é a empresa parque escolar.*

*Acontece que o Bloco de Esquerda na Assembleia da República tomou uma iniciativa, que visa alterar o documento que dá origem à criação dessa empresa. Isto porquê? Até agora as escolas que já foram requalificadas no âmbito desta iniciativa, elas passam do Ministério portanto deixam de ser património público e passam para as mãos da empresa parque escolar, tendo neste momento já passado cinco escolas do concelho de Lisboa, para património da empresa parque escolar e duas do concelho do Porto.*

*Ora isto no nosso entender, embora obviamente já sei como é que são as argumentações, é que neste momento a empresa parque escolar ainda é uma empresa pública, mas como já todos sabemos, as empresas públicas raramente se regem por critérios de serviço público, infelizmente. E nesse sentido, queria alertar para isso e dizer o que é que o Bloco na Assembleia da República fez e falar das repercussões que isso pode ter a nível local.*

*Além disso, no âmbito desta iniciativa, também há outra questão que pode ser preocupante, que é o uso abusivo indiscriminado dos ajustes directos, donde resulta um claro favorecimento a quatro empresas de construção civil entre elas: a Teixeira Duarte, a Edifer, HC Construções e Mota Engil, donde se regista que a Mota Engil já ficou com 117 milhões de euros em obras de requalificação.*

*Ora no sentido de corrigir esta situação, o BE na Assembleia da República propôs três alterações no Decreto-lei 41/2007 que dá origem à criação de empresa Parque Escolar.*

*A primeira iniciativa é a eliminação da possibilidade de transferência do património imobiliário do Estado para a empresa EPE (Empresa Parque Escolar).*

*A segunda era repor os critérios estabelecidos no código de contratos públicos e que se traduz neste fim abusivo de regime de excepção em ajustes directos.*

*Terceiro, reverter a favor do Estado as sete escolas secundárias já entregues à Empresa Parque Escolar.*

*E no seguimento disto e ainda no tema dos (agora de âmbito local mas no enquadramento do uso abusivo) dos ajustes directos, essa situação já se verificou no aqui concelho de Aveiro, nomeadamente na Junta de Freguesia da Glória, em que adjudicou directamente 65 mil euros no âmbito do projecto edificação da Casa da Comunidade. Procedeu a esse ajuste directo e tendo em conta que 65 mil euros representa qualquer coisa como 20% do Orçamento da Junta, não é um valor simbólico para a Junta — aliás é um valor considerável para a Junta.*

*A Casa da Comunidade, é um dos projectos do Parque da Sustentabilidade, o qual a Câmara entendeu delegar competências no âmbito específico deste projecto da Casa da Comunidade à Junta da Glória.*

*E nós entendemos que esse processo é lesivo, quando comparado com o processo alternativo que é o concurso público. Concurso público basicamente é possível estudar as melhores alternativas e portanto as empresas concorrerão entre si com projectos mais interessantes e a autarquia, neste caso a Junta escolheria a melhor proposta, a mais interessante para a Junta. Com o ajuste directo, a negociação não é assim, é uma negociação directa, mais opaca e em geral lesiva para o erário público.*

*Nesse sentido o nosso deputado da Assembleia da Freguesia da Glória, André Prata, já tomou uma posição pública, fez um comunicado para a imprensa, entendeu tomar atempadamente posição sobre essa matéria, votando contra essa proposta.*

*E por fim e não menos importante, os incêndios nos Estaleiros de São Jacinto, três incêndios no espaço de dez dias, precisamente num terreno sobre o qual o BE já tinha suscitado algumas perguntas ao Executivo, nomeadamente ao Presidente Élio Maia; acontece que existe, a autarquia deliberou comprar um terreno em São Jacinto e nós questionámos exactamente sobre o Estaleiro, sobre o terreno que era envolvido, que era onde estavam instalados os Estaleiros e que era de uso industrial.*

*Acontece que houve três incêndios nesse terreno e nesse sentido, vou só concluir, vamos entregar um requerimento sobre a forma de pergunta ao Executivo e esperamos obter respostas.”*

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [034](#)

*“Eu para este período de Antes da Ordem do Dia também tinha preparado aqui uma pequenina intervenção, que vou passar a mencionar.*

*Como é do conhecimento público, vai decorrer no próximo dia 20 de Março, uma acção de voluntariado, a nível nacional denominada “Limpar Portugal”.*

*Esta Acção refere-se a uma jornada de limpeza, principalmente das nossas matas, depois de um levantamento efectuado pelas freguesias e concelhos do país e das diversas entulheiras que se encontram espalhadas por terrenos tanto públicos como privados.*

*Pela análise dessas lixeiras foi detectado que a predominância de entulhos encontrados, derivam de desperdícios de pequenas obras de construção civil, que pequenos empreiteiros a até simples cidadãos vão descarregar a qualquer terreno ermo que encontram.*

*Só no concelho de Aveiro já foram detectadas perto de cem depósitos destes entulhos. Número ultrapassado em alguns concelhos limítrofes, nomeadamente Ílhavo, Estarreja e Albergaria-a-Velha.*

*A legislação prevê realmente a obrigatoriedade da descarga destes entulhos em aterros e lixeiras próprias, que devidamente licenciadas, sendo algumas delas até pertença da própria autarquia, cobra uma taxa por tonelada de material depositado para fazer face aos gastos com o tratamento destes lixos.*

*Sendo assim e para evitarmos que esta situação calamitosa e estas que nos dão uma imagem de um país que parece não estar integrado na Europa, vimos sugerir à Câmara Municipal de Aveiro e até ao Senhor Presidente da Associação Nacional de Freguesias (que pensava que podia estar cá hoje mas infelizmente está ausente), a possibilidade de envidarem esforços para que se crie uma legislação nacional de apoio às freguesias para aquisição de equipamentos auto transportáveis de britagem, para assim oferecerem os serviços aos municípios no próprio local das demolições ou nos terrenos, propriedade das Juntas, os quais serviriam de depósitos, para a desintegração destes inertes, que posteriormente seriam aproveitados como britas e tout-venants, para a requalificação de estradas e caminhos rurais e agrícolas.*

*Penso que este assunto deve ser devidamente equacionado, pois seria uma forma saudável de todos nós colaborarmos no melhoramento do espaço ambiental, das freguesias e no melhoramento da nossa qualidade de vida.”*



Vogal João Barbosa (PS) <sup>035</sup>

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) <sup>036</sup>

Vogal Carlos Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>037</sup>

*“Eu gostaria de colocar questões que não vi reflectidas na Comunicação do Senhor Presidente relativamente ao último trimestre que tem a ver com o seguinte: ponto de situação relativamente às transferências para as empresas municipais para suprir as necessidades de funcionamento das mesmas.*

*Ponto de situação relativamente à renegociação do empréstimo — que foi abordada e que foi temporariamente abandonada.*

*E ponto de situação relativamente ao relacionamento com a empresa das Águas de Aveiro, nomeadamente, se efectivamente já foi feita alguma transferência para a Câmara Municipal?”*

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) <sup>038</sup>

Vogal Ana Seiça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>039</sup>

*“A minha intervenção vai no sentido de levantar aqui algumas questões que eu como cidadão e habitante aveirense detecto na minha cidade.*

*E portanto é necessariamente uma intervenção virada mais para a prática do que propriamente para estar a fazer aqui alguma outra intervenção de um cariz completamente diferente.*

*Eu gostaria de saber qual a razão por que naquela estrada junto ao ISCA, quando há qualquer chuva e por vezes as chuvas ultimamente têm sido grandes, levantam o saneamento permanentemente e impedem que os carros e as pessoas possam circular? É um dos sítios da cidade, é uma situação que já existe há imenso tempo e eu não percebo porque é que ainda não foi feita qualquer coisa no sentido de resolver um problema que me parece a mim, que não sou perita nestas questões, que se calhar não será tão difícil quanto isso. Penso eu!*

*Depois eu já algumas vezes falei aqui na Assembleia que algumas das nossas ruas têm ainda empedrado de paralelepípedo, algumas com inclinação. Ora numa altura como é o inverno, nalgumas dessas ruas que são por exemplo a rua Homem Christo Filho, aquele empedrado, junto àquele empedrado com inclinação, vivem pessoas com muita idade e que se queixam permanentemente dos problemas que têm para circular com segurança e que não conseguem. Eu penso que a Câmara também poderia fazer qualquer coisa no sentido de resolver esse problema.*

*Depois também já falei aqui, volto outra vez a falar do problema que existe na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, onde era antigamente a casa Sérgio e a casa Paris. Aquilo continua a ser um sítio de muita pouca limpeza. Aquilo continua a ser utilizado para as pessoas fazerem até eventualmente as suas necessidades — eu lamento trazer isto aqui, mas acho que a Avenida dever-se-ia ter em consideração!*

*E gostaria também que houvesse uma explicação para a seguinte situação, passo a explicar: no bairro histórico do Beira-mar, as casas que lá se constroem estão sujeitas a um determinado rigor, um determinado tipo de arquitectura. Sempre foi assim. Eu lembro-me porque eu habito no Bairro da Beira-mar e inclusivamente para a fachada, tínhamos que trazer à Câmara um azulejo para a Câmara decidir se aquele azulejo estava ou não estava de acordo. Surpresa das surpresas são as casas que têm sido construídas ultimamente, nomeadamente na rua Manuel Luís Nogueira!? Está lá uma casa cuja traça arquitectónica não tem nada a ver com as outras casas que lá estão. Casas essas que já vi noutras ruas desta cidade, nomeadamente ali naquela rua que vai do Parque para lá para cima, a Araújo e Silva, também lá tem umas casas que não condizem com o resto das outras que lá estão construídas,*

*nem com as casas que existiam que eram moradias, nem com as outras que não seriam moradias.*

*São umas casas, que eu peço desculpa, que estão aqui arquitectos e saberão melhor do que eu, que parecem aquele tipo “caixote” que não têm janelas mas por dentro depois têm. Eu não sei como é que se chama, é uma arquitectura muito moderna que ficará muito bem no meio de uma zona a relvar, mas que provavelmente numa zona habitacional com outro tipo de habitações existentes fica muitíssimo mal e então na Beira-mar... eu termino já, fico à espera então que a Câmara ou alguém responsável que me dê uma resposta sobre os problemas que levantei.”*

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [040](#)

*“Muito rapidamente três assuntos. No final do ano passado ocorreram grandes mudanças no Teatro Aveirense: mudou o Conselho de Administração e a Direcção Artística.*

*O Conselho de Administração passou a ser presidido pela anterior Directora e actual Vereadora deste Executivo, que escolheu para a suceder alguém que nunca tinha tido a experiencia de dirigir um teatro ou de ser programador cultural num espaço com características semelhantes.*

*Mas isto não é um facto negativo em si mesmo. Até porque outro tipo de experiencia, dão lastro a esta aposta, nomeadamente, a passagem pelo Cine Clube de Aveiro e pela Associação Mercado Negro, marcadas positivamente.*

*O projecto cultural do Teatro Aveirense não se reduz ou não se deve reduzir à sua programação. A amplitude de intervenção de um teatro municipal que é de uma capital de distrito deve ser multidisciplinar e interferir directamente com a vida cultural do município.*

*O serviço público de cultura deve estar aliado com um serviço educativo, consistente e relacional. O trabalho com as escolas e com o movimento associativo reveste-se de importância decisiva na educação de novos públicos, no desenvolvimento da dimensão artística, em especial dos mais jovens, na potenciação do fenómeno cultural na construção de uma rede concelhia.*

*No que respeita à programação, ela deverá espelhar com clareza a estratégia da sua Direcção Artística. Neste momento assiste-se a uma programação, diria mais alternativa, em relação, quando comparada com um passado recente.*

*O próprio formato comunicacional também aponta nesse sentido, dirigindo-se preferencialmente a públicos mais específicos. Os ciclos de cinema, o teatro, a dança, os espectáculos de música, não são sucessos de bilheteira — e provavelmente o objectivo nem será esse.*

*Indo mais longe. O que verdadeiramente está em causa é a política cultural que se quer para o Teatro e a mensagem que o próprio transmite. Importava, portanto, conhecermos com detalhe qual a estratégia porque ela afigura-se-nos incoerente.*

*A uma programação alternativa está associada no imediato uma curta receita de bilheteira. Quer dizer, suportar uma política cultural que dê palco a novas tendências, a novos artistas que não teriam oportunidades num circuito mais comercial, implicam um custo significativamente mais elevado — e educar novos públicos demora muito mais tempo, como aliás está provado e comprovado.*

*Sendo conhecidas as dificuldades do Teatro Aveirense, a falta de investimento por exemplo ao nível do equipamento, ilustra bem as dificuldades de gestão diárias com que se depara o Teatro.*

*Ora, com um corte substantivo da subvenção da Câmara para o Teatro, em que pé é que fica a sustentabilidade financeira do Teatro Aveirense?*

*Eu peço desculpa por ter-vos maçado com esta leitura, mas foi para sistematizar bem as ideias que queria aqui transmitir — e para dizer mais o seguinte: o PS ao longo do último mandato,*

*se houve questão que fez gala, que fez verdadeira política de inter-ajuda em relação a algo, foi em relação ao Teatro Aveirense.*

*Aliás, isso até está bem espelhado nos sentidos de voto que nós tivemos, nomeadamente, em relação aos documentos previsionais do Teatro e em relação às Contas e aos exercícios.*

*E portanto nós estamos muito preocupados com esta mudança de agulha em relação à estratégia do Teatro.*

*O Teatro está mais alternativo, direcciona-se mais para públicos específicos, públicos alvos e a nichos de mercado. A política do Teatro não é transversal. O funil estreitou mais, é mais cirúrgica em relação aos públicos que pretende apontar. E eu diria até mais. Que a programação espelha a escolha do director artístico, que teve a experiência que teve, nomeadamente, no Mercado Negro, que com sucesso nacional, e até alguma repercussão ao nível internacional; mas eu diria desta forma: um Teatro Municipal é substancialmente diferente da experiência positiva que nós conhecemos em Aveiro. E a pergunta que eu queria formular muito directamente quer à senhora vereadora do pelouro e à maioria, até porque a senhora vereadora do pelouro é presidente do conselho de administração, é saber em concreto, como é que se coaduna um corte na subvenção da Câmara ao Teatro Aveirense (que no fundo é o seu principal suporte financeiro), com uma política cultural da infra-estrutura emblemática da cidade? Esta é uma grande preocupação até porque como todos sabemos o Teatro Aveirense debate-se com problemas financeiros graves, como illustrei há pouco. E de facto, nós temos que questionar isto porque o caminho se for seguido só desta forma e os números do público estão lá para comprovar - eu não sei!? As coisas seguramente ao nível financeiro não vão correr bem, porque a Câmara não tem dinheiro para financiar.*

*Para concluir e muito rapidamente, dizer só o seguinte em relação ao Parque da Sustentabilidade (vou ser telegráfico), não posso deixar passar: - eu estou frontalmente em desacordo com aquilo que o Senhor Presidente disse. Não é em desacordo, é frontalmente em desacordo.*

*Senhor Presidente, é preciso topete para o Senhor Presidente vir cá dizer o que veio dizer — que o Parque da Sustentabilidade foi um projecto amplamente aberto e participado!?*

*Senhor Presidente eu vou-me omitir de lhe lembrar o tratamento que o senhor deu aos vereadores no conhecimento e elaboração do projecto, no singelo convite para a assinatura com o Secretário de Estado João Ferrão... nós não soubemos de nada, ninguém nos disse nada, ninguém nos convocou para nada, ninguém teve a deferência institucional de nos informar do que quer que fosse.*

*Teve que ser o senhor vereador Rocha Andrade a pedir por favor para alguém da Câmara ir lá explicar o Parque da Sustentabilidade. Recordando-lhe até que o Parque da Sustentabilidade foi a reunião de câmara em projecto era meia-noite menos cinco - como consta aqui do meu célebre caderninho preto, sem sequer estar agendado.*

*Oh Senhor Presidente! Deixe-me dizer-lhe outra coisa. Dizer que foi muito participado, com inúmeras instituições no projecto é em si mesmo uma falácia. Porque elas só lá estão porque senão a candidatura não era aprovada. Como não foi em primeira instância porque o Senhor Presidente não pôs lá as rubricas orçamentais da sua participação financeira. Porque é evidente que a Orquestra das Beiras, associação disto e associação daquilo, não têm capital para entrar para uma parceria deste género. E portanto Senhor Presidente, é lamentável e é preciso topete, para o Senhor Presidente vir a uma Assembleia Municipal dizer que esse projecto foi amplamente participado.*

*Já agora devolvia-lhe a pergunta para terminar: - quem é que decidiu, por exemplo, que a requalificação do Alboi, da Baixa de S.to António (são importantes seguramente), mas porque é que é essas e não é por exemplo a Avenida Lourenço Peixinho? Quem é que decidiu isso? Foi o Senhor Presidente que decidiu isso? Deve ter sido, eu não participei nisso!”*

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) <sup>041</sup>  
Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>042</sup>  
Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) <sup>043</sup>  
Vogal João Pedro Dias (PS) <sup>044</sup>  
Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) <sup>045</sup>  
Vogal Paulo Marques (CDS/PP) <sup>046</sup>  
Vogal Gonçalo Fonseca (PS) <sup>047</sup>  
Vogal Paulo Marques (CDS/PP) <sup>048</sup>  
Presidente da Mesa <sup>049</sup>  
Vogal António Salavessa (PCP) <sup>050</sup>  
Presidente da Mesa <sup>051</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>052</sup>

*“Registo que o Partido Socialista quando interpelado por um munícipe nesta Assembleia toma uma posição, passado um bocado o munícipe vai-se embora e a posição a propósito de qualquer coisa que se disse arranjou-se aqui uma desculpa! Afinal estão a ver, afinal já não estamos todos de acordo, já não pode ser, já não estamos de acordo, já não há moção nenhuma. Quer dizer: - mas afinal em que é que estamos? Que raio de coisa é esta?*

*Quer dizer: o Partido Socialista veio aqui pela voz do seu líder dizer que já não quer fazer nenhuma moção contra as Scut's? Foi isso que o Partido Socialista esteve aqui a dizer.*

*Eu acho que era bom, aliás foi isso que foi o pedido de esclarecimento por parte do nosso colega do CDS/PP em que mais uma vez o líder não estava presente e era bom que esclarecesse.”*

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>053</sup>

*“Aquilo que o Partido Socialista disse foi, por um lado, que tinha uma posição que pressupunha a solidariedade inter-regional relativamente à questão da opção de portajar um conjunto de vias circundantes de Aveiro, sem que isso pudesse comprometer os interesses dos nossos concidadãos e da nossa economia, ou seja, que nós proporíamos uma solução qualquer que tivesse como pressuposto que houvesse alguma forma de compensação — foi a palavra que eu usei, uma compensação.*

*E esta é a perspectiva que o Partido Socialista tem relativamente a isto, e nunca falámos sobre a moção.*

*Disse aliás, que estávamos disponíveis para abrir um canal de comunicação que não era preciso nenhum grupo de pressão, para abrir um canal de comunicação para a tutela e para o governo civil, caso entendessem que não o tinham. E o Partido Socialista disponibiliza-se para tal e nunca falámos em moção.*

*Até porque o senhor deputado Manuel António Coimbra disse, aliás falou depois de nós, portanto nós não podíamos ter concordado, falou depois de nós e disse que não ia apresentar logo porque achava que isto devia ser uma posição de consenso e os líderes tinham de falar; certo? E não houve mais nenhuma intervenção sobre isto. Mas nós não estamos contra a moção. Aquilo que eu disse há pouco foi: - não vale a pena, e deixemo-nos de hipocrisias, não vale a pena estarmos com o discurso do consenso e de fazer-mos uma moção a apelar ao bom senso da tutela para a gravidade de colocar portagens, quando à partida o senhor deputado da bancada do Partido Popular diz que não acredita que os pórticos que são colocados nas auto-estradas tem alguma razão de ser e que não acredita que isto vá mudar alguma coisa. Não sejamos hipócritas! Foi aquilo que eu disse e mantenho.”*

Presidente da Mesa [054](#)  
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [055](#)  
Vogal Nuno Marques Pereira (PS) [056](#)  
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [057](#)  
Presidente da Mesa [058](#)

#### Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Soares e Fernandes [059](#)  
Vereadora Maria da Luz Nolasco [060](#)  
Vereadora Ana Neves [061](#)  
Vereador Carlos Santos [062](#)  
Vereador Pedro Ferreira [063](#)

De seguida o presidente da Mesa [064](#) deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 03 de Março (4.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 00:45 horas do dia 25 de Março de 2010.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:15)